

# Jobim propõe suspensão prévia

■ Deputado quer afastar preventivamente parlamentares sujeitos a perda de mandato

Brasília — Luiz Antonio

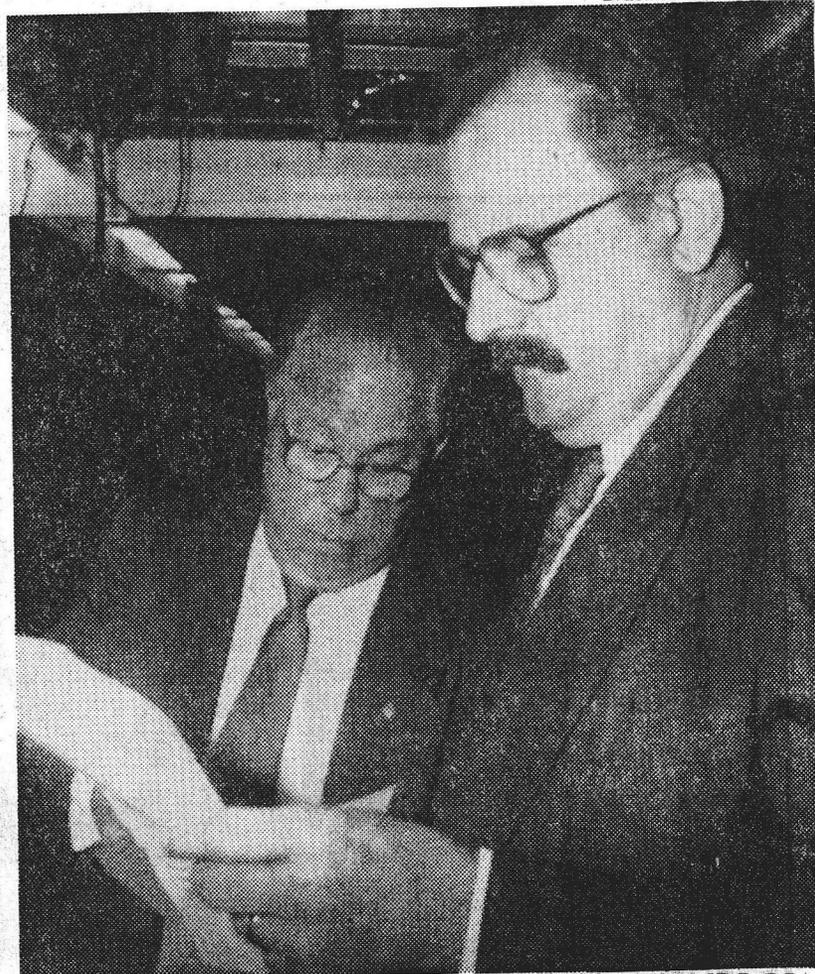
BRASÍLIA — A suspensão preventiva de parlamentares que estiverem sujeitos a perda de mandato foi proposta ontem oficialmente pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) aos líderes partidários da Câmara. Como relator da revisão da Constituição, Jobim apresentou sua sugestão na forma de proposta revisional. De acordo com seu cronograma, essa seria a primeira mudança na Constituição aprovada ainda em dezembro, antes do Natal e da conclusão do relatório da CPI do Orçamento, que investiga a manipulação de verbas orçamentárias.

O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que apóia a iniciativa de Jobim, reconheceu que há resistências entre os líderes. "Há um receio que isso seja utilizado politicamente, no futuro, pelos partidos", admitiu. Hoje, o deputado ou senador processado por quebra de decoro parlamentar continua exercendo seu mandato até o julgamento final de seu caso. O objetivo imediato da proposta do relator é impedir que participem da revisão os envolvidos na máfia do orçamento e os depu-

tados do PSD, acusados de comercializar as filiações partidárias para obter mais tempo no horário eleitoral. Se a sugestão de Jobim ganhar adesões, serão necessárias até cinco votações para que esses parlamentares sejam suspensos.

Ontem, surgiram as primeiras críticas à proposta do relator. O líder do PFL, deputado Luís Eduardo Magalhães (BA), e o líder em exercício do PMDB, deputado Germano Rigotto (RS), consideraram precipitado começar o processo de cassação dos envolvidos no escândalo do orçamento antes das conclusões oficiais da CPI do Orçamento. "A mesa não precisa aguardar o resultado da CPI", defendeu Jobim.

**Propostas** — No primeiro dia para apresentação de emendas à Constituição, a mesa do Senado recebeu mais de cem propostas. A número 1 foi protocolada pelo deputado Diogo Nomura, que pretende garantir cidadania aos estrangeiros que residem há mais de dez anos no Brasil. Outra emenda propõe que dentistas, médicos e professores do serviço público tenham direito a duplo emprego.



Jobim (D) examina a proposta com o deputado Clerot (PMDB-PB)